

PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO DOS MEMBROS ROTATIVOS DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU: Tendências e dinâmicas a partir do fim da Guerra Fria (1992-2024)

Palavras-Chave: Organização das Nações Unidas; Conselho de Segurança; Simulação; Países rotativos.

Autores(as):

Gabriel Ferreira de Bovi, IG - UNICAMP

Dr.^(a) Claudete de Castro Silva Vitte (Orientadora), IG - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Com o término da Guerra Fria, tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto o sistema internacional experimentaram significativas transformações, sendo importante destacar os reflexos dessas mudanças no Conselho de Segurança (CS), que é o principal órgão decisório da ONU. Instituída em 1945, a ONU representa um marco fundamental na história das relações internacionais e da governança global no período pós-Segunda Guerra Mundial, pois foi concebida com o objetivo de criar um espaço de diálogo entre os Estados e, assim, prevenir novos conflitos armados. De acordo com a própria Carta das Nações Unidas (ONU, 1945), a organização foi fundada com quatro propósitos centrais, voltados à promoção da paz, à manutenção da segurança internacional e à defesa dos direitos humanos:

Artigo I

Os propósitos das Nações Unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para consecução desses objetivos comuns.

(ONU, 1945)

A Organização das Nações Unidas (ONU) possui diferentes instâncias responsáveis por discutir e deliberar sobre temas internacionais relevantes, sendo a Assembleia Geral (AG) e o Conselho de Segurança (CS) os principais espaços para esses debates (BACCARINI, 2010). O CS, em especial, exerce um papel central na manutenção da paz e da segurança internacionais — objetivos fundacionais da ONU ao concentrar as deliberações que tratam diretamente da estabilidade global.

O funcionamento do Conselho de Segurança é regido por um modelo específico de composição e votação, que passou por ajustes desde a promulgação da Carta da ONU, mas que manteve inalterado o grupo dos cinco membros permanentes (BACCARINI, 2010). As modificações ao longo do tempo afetaram apenas o número de assentos rotativos.

Atualmente, o CS é formado por quinze membros, conforme a configuração estabelecida em 1966, que ampliou o número de países não permanentes para dez, sem mudanças nos cinco membros permanentes: Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França. Três desses países asseguraram sua posição permanente em virtude de seu papel decisivo na vitória da Segunda Guerra Mundial e do direito de veto, “poder de veto que implica que qualquer decisão tomada pelo órgão não deve sofrer oposição de nenhum destes”. (Baccarini, 2010, p.11)

A presença da China e da França entre os membros permanentes do Conselho de Segurança não se explica apenas por sua participação na vitória dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, mas também por razões geopolíticas estratégicas. Conforme destaca Vaïsse (2020), a criação de um diretório composto por grandes potências foi uma resposta à fragilidade institucional da extinta Sociedade das Nações, que carecia de um mecanismo eficaz de comando. A China assegurou seu assento permanente em razão de seu enfrentamento direto com o Japão no contexto da guerra, enquanto a França foi incluída em virtude de sua influência colonial expressiva, sobretudo na África e no Sudeste Asiático.

Em contraste, os assentos não permanentes seguem uma lógica distinta: são definidos por eleição na Assembleia Geral da ONU e têm duração de dois anos, sem possibilidade de reeleição imediata. Diferentemente dos membros permanentes, os países rotativos não possuem direito de veto, o que limita sua capacidade de bloquear resoluções, ainda que tenham voz ativa nas deliberações (BACCARINI, 2010).

A partir do fim da Guerra Fria e da dissolução da União Soviética, mudanças significativas remodelaram o sistema internacional e afetaram diretamente o funcionamento do Conselho de Segurança. Segundo Patriota (2010), diferentemente dos acordos multilaterais realizados ao término de guerras anteriores — como os de Viena, Versalhes ou São Francisco — o novo contexto global pós-Guerra Fria foi debatido diretamente no seio do Conselho de Segurança, que se consolidou como o principal espaço para a condução das relações internacionais no período.

METODOLOGIA:

A presente pesquisa utilizou como principal artifício metodológico a revisão bibliográfica, por meio de consulta, revisão e interpretação de fontes bibliográficas diversas.

Na revisão bibliográfica foram utilizados procedimentos como o levantamento, a identificação, sistematização e análise dos materiais, tais quais livros, artigos de revistas acadêmicas, teses e dissertações, relatórios e análises de organizações como a ONU em seu endereço eletrônico oficial, bem como outras fontes confiáveis, como Google Acadêmico, SciELO, Mundorama, Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional-GEDES/UNESP, Observatório de Regionalismo/UNESP, Fundação Konrad Adenauer-KAS, Fundação Friedrich Ebert, Centro Brasileiro de Relações Internacionais-CEBRI e outras disponíveis na internet. Também para acessos de bases de dados qualitativos e quantitativos foram utilizadas fontes como: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e *Official Document System* da ONU.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Além da revisão bibliográfica e das análises teóricas realizadas ao longo da pesquisa, também foram desenvolvidos materiais práticos com finalidade pedagógica e extensionista. A proposta esteve alinhada ao objetivo de apoiar atividades de simulação diplomática voltadas ao ensino de relações internacionais e funcionamento da ONU. Assim, o material elaborado complementa a investigação acadêmica com insumos aplicáveis em contextos educacionais diversos, como projetos de simulação universitária e iniciativas no ensino médio, a exemplo do MonuEM-ERESP. Foi então elaborada uma tabela sistematizando todos os países que integraram o Conselho de Segurança das Nações Unidas na condição de membros rotativos desde o ano de 1946 até 2025.

Ano(s)	Grupo Africano	Ásia-Pacífico	América Latina e Caribe	Europa Ocidental e Outros	Europa Oriental
1991-1992	Zaire, Costa do Marfim, Zimbábue	Iêmen, Índia	Cuba, Equador	Áustria, Bélgica	Romênia
1992-1993	Zimbábue, Cabo Verde, Marrocos	Índia, Japão	Equador, Venezuela	Áustria, Bélgica	Hungria
1993-1994	Marrocos, Cabo Verde, Djibouti	Japão, Paquistão	Venezuela, Brasil	Nova Zelândia, Espanha	Hungria
1994-1995	Djibouti, Nigéria, Ruanda	Paquistão, Omã	Brasil, Argentina	Nova Zelândia, Espanha	República Tcheca
1995-1996	Ruanda, Nigéria, Botswana	Omã, Indonésia	Argentina, Honduras	Alemanha, Itália	República Tcheca
1996-1997	Botswana, Egito, Guiné-Bissau	Indonésia, Coreia do Sul	Honduras, Chile	Alemanha, Itália	Polônia
1997-1998	Guiné-Bissau, Egito, Quênia	Coreia do Sul, Japão	Chile, Costa Rica	Portugal, Suécia	Polônia
1998-1999	Quênia, Gabão, Gâmbia	Japão, Bahrein	Costa Rica, Brasil	Portugal, Suécia	Eslovênia
1999-2000	Gâmbia, Gabão, Namíbia	Bahrein, Malásia	Brasil, Argentina	Canadá, Países Baixos	Eslovênia

*Tabela 1 - Membros rotativos do Conselho de Segurança (1946-2025)
(BOVI, 2025)*

Essa compilação permite uma visão ampla e organizada da composição do órgão desde a sua formação, e facilita a consulta por parte de estudantes e educadores envolvidos em simulações diplomáticas, contribuindo para a compreensão dos padrões regionais de eleição.

Dessa maneira, é fundamental compreender que o contexto geopolítico e as correlações de forças foram mudando na ONU após o período da Guerra Fria, sendo evidentes realinhamentos na maneira com que os principais assuntos internacionais foram sendo tratados na organização.

Para compreender o papel dos países membros rotativos e suas delegações nas principais discussões propostas no Conselho de Segurança das Nações Unidas é preciso considerar com atenção

que a configuração dos países rotativos passa por constantes mudanças e isso resulta em respostas e vereditos diferentes.

CONCLUSÕES:

Conclui-se, portanto, que a atuação dos membros rotativos no Conselho de Segurança das Nações Unidas deve ser analisada à luz das transformações geopolíticas ocorridas no pós-Guerra Fria e das contínuas mudanças na correlação de forças internacionais. A variabilidade na composição desses membros implica em dinâmicas decisórias heterogêneas, nas quais interesses regionais, alinhamentos diplomáticos e capacidades institucionais desempenham papéis centrais. Entender essas nuances permite não apenas ampliar a compreensão sobre os mecanismos de funcionamento da ONU, mas também reforçar a importância de iniciativas que promovam o conhecimento sobre organismos multilaterais, como é o caso das simulações realizadas em escolas e universidades. Reconhecer o potencial de influência dos países não permanentes no Conselho de Segurança é essencial para promover uma visão mais crítica e informada sobre os desafios e as possibilidades da governança global contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Celso. **A reforma da ONU**. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 1996.
- BACCARINI, Mariana Pimenta Oliveira. **O processo de tomada de decisão do Conselho de Segurança: benefícios políticos e econômicos para membros não-permanentes**. Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.
- BONIFACE, Pascal. **Compreender o mundo**. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2011.
- GARCIA, Eugênio. **De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945**. Brasília, Revista Brasileira de Política Internacional, 2011.
- LASMAR, Jorge Mascarenhas; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. **Para entender a Organização das Nações Unidas**. Belo Horizonte, Del Rey, 2006.
- NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatutos da Corte Internacional de Justiça**. Nova Iorque, ONU, 1945.
- PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis, Vozes, 2012.
- SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1997.
- VAÍSSE, Maurice. **As relações internacionais desde 1945**. Lisboa, Edições 70, 2020.
- VITTE, Claudete de Castro Silva. **Ementa da disciplina EX-050 – Projeto MonuEM (Modelo da ONU no Ensino Médio)**. Campinas, Instituto de Geociências da UNICAMP, 2024.